Riolando Azzi

O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940)

A partir dos anos 20 a hierarquia católica do Brasil, através dos seus líderes mais expressivos, passou a preocupar-se em afirmar o prestígio da Igreja na sociedade, visando obter por esta forma uma maior aceitação dos princípios cristãos por parte da população brasileira. Atuando de modo especial junto às lideranças do país, no campo político, militar e até mesmo intelectual, os bispos julgavam que o Brasil se tornaria uma nação plenamente católica em suas estruturas e suas leis.

Essa fase da Igreja que se inicia a partir da década 1920-1930 pode ser adequadamente designada como Restauração Católica. [1]

A Igreja do Brasil se sentira enfraquecida na primeira República, diante da influência do positivismo e do espírito laicista. Não bastava, porém, superar esse obstáculo: novas idéias começavam a se difundir pelo Brasil, e entre elas o socialismo. Embora ainda bastante fraco, era vislumbrado pela jerarquia católica como um possível concorrente na orientação dos rumos da nação.

Por conseguinte, em contraposição às idéias de participação popular, de tendência socialista, a Igreja, visando reafirmar sua presença na sociedade, passa a exaltar o princípio de autoridade. Era mediante a organização de um Estado forte e estável que a jerarquia vislumbrava o melhor caminho para restabelecer também sua autoridade na sociedade brasileira.

Nos anos que se seguem, esse impulso restaurador é fortalecido ainda mais.

No período 1930-1940 a Igreja visa consolidar a Restauração Católica, que através das principais diretrizes de ação do episcopado, quer através de eventos que evidenciam uma maior presença da fé católica na sociedade brasileira.

1. As principais diretrizes de ação

O movimento de Restauração Católica fora dirigido desde o início pela hierarquia. São também os bispos que continuam na liderança nos anos 30.

Entre as diretrizes dadas pelo episcopado para orientar a ação da Igreja nesse período quatro merecem destaque especial:

— Superação do laicismo que havia caracterizado a primeira República, imprimindo na nova fase política iniciada com a Revolução de 1930 um cunho marcadamente católico.
— Prevenção rígida contra um eventual avanço das idéias socialistas e comunistas no Brasil, procurando mobilizar nesse sentido a opinião pública.
— Fortalecimento do princípio de autoridade em contraposição aos movimentos de cunho mais liberal ou socializante.
— Reafirmação de uma presença mais explícita da Igreja na sociedade, especialmente junto às classes dirigentes do país.

Cada uma dessas diretrizes é enfatizada por diversas declarações do episcopado nesse período.

1.1. Superação do laicismo da primeira república

Uma das tônicas mais insistentes do episcopado é a necessidade de suplantar o laicismo vigente na República Velha. Segundo os bispos, mediante a primeira Constituição republicana de 1891 o

1. Vide Azzi, Riolando, *O início da Restauração Católica no Brasil (1920-1930)* I e II; *O início da Restauração Católica em Minas Gerais (1920-1930)* in *Síntese*, n.º 10, pp. 61-90; n.º 11, pp. 73-102; n.º 14, pp. 65-92.

Brasil havia renegado a Deus, e era preciso agora reafirmar o domínio da fé católica na nova fase republicana que se iniciava.

Na carta pastoral *Cristo e a República*, datada de 25 de janeiro de 1931, o arcebispo de Porto Alegre D. João Becker afirmava:

"As exigências da atual situação do país manifestam a vontade de Deus. A voz da nação reclama direitos divinos. É preciso que Cristo seja reintegrado nas instituições da nova república brasileira.

A nova constituição brasileira não pode prescindir de Deus. A negação oficial de sua existência é a destruição da firmeza social e o aniquilamento da coluna mais forte da autoridade pública. Como se pode afirmar esse assunto? Sim, pois quem não reconhece a existência de Deus nega implicitamente a origem divina da autoridade humana e do poder público. A voz do tempo é a voz de Deus.

O povo reclama, como um direito, que o Estado ligue a devida importância à fé cristã e às tradições religiosas do país. Por isso, na organização da família deverão ser observadas as leis divinas, assim como a infância e a adolescência hão de ser educadas e instruídas em conformidade com as suas convicções religiosas. A gloriosa imagem de Cristo, símbolo máximo da justiça e do direito, deverá figurar nos tribunais; aos soldados nos quartéis há de ser ministrado o ensino religioso, para que os pais não tenham que temer que seus filhos, no serviço da nação, percam a virtude e a fé." [2]

Idéias análogas haviam sido expressas pelo arcebispo em sua mensagem *A Igreja e o atual momento*, publicada logo após a Revolução de 30. [3]

Bastante expressivas são também as palavras de D. Augusto Álvaro da Silva, arcebispo-primaz da Bahia, na inauguração do primeiro Congresso Eucarístico Nacional, a 3 de setembro de 1933:

"Pátria! Pátria! é principalmente a concretização dos sonhos que sonhamos na realização deste primeiro Congresso Eucarístico Nacional...

Sim, srs. congressistas... eu vejo a Pátria de hoje grande na sua fé de outrora e de sempre... clamando ao país e ao estrangeiro o seu cântico de fé na eucaristia...

---

2. Becker, João, dom, *Cristo e a República, 20.ª carta pastoral*, Porto Alegre, 1931, p. 5.

3. Vide Azzi, Riolando, *O episcopado brasileiro frente à revolução de 1930*, *in Síntese*, n.º 12, pp. 54-55.

Pátria estremecida, tu estás saldando assim toda a dívida que talvez tenhas contraído em teu passado para com o Deus de tua nacionalidade".[4]

Em suma, no pensamento dos bispos o Brasil nascera católico e como tal deveria continuar, não obstante a aberração laicista da primeira República.

1.2. Denúncia do avanço das idéias socialistas

Um novo campo, de combate, porém, se deparava no país para a fé católica: o avanço progressivo do socialismo e do comunismo. Para os bispos, essas idéias eram ainda mais perigosas, pois significavam a proclamação oficial do ateísmo.

Daí a razão da forte ofensiva dos bispos contra essas novas idéias. Tanto mais levando em consideração que a imprensa católica difundia nessa época amplas notícias das perseguições sofridas pelos católicos na Rússia, no México, e na Espanha.

Em pastoral coletiva de 5 de março de 1931, os bispos da província eclesiástica da Bahia afirmam:

"Não há dúvida: o Brasil atravessa hoje a hora talvez mais grave de sua história. Os espíritos refletidos, acostumados a estudar as causas da decadência e da prosperidade dos povos, não podem deixar de sentir o calafrio do pavor, como se a querida pátria brasileira estivesse à beira de um tremendo precipício.

E já começam a aprecer sinais inequívocos de que a onda rubra da Rússia soviética caminha a passos agigantados para o Brasil, trazendo-lhe o cortejo de horrores sociais que todos hoje conhecemos, e que é bom experimentarmos nas lições formidáveis de outros países, para acudir à ruína do nosso.

Surgem, pois, deveres imperiosos para o brasileiro e mais ainda para o católico que se prese deste nome, deveres para todos, de conjugarem os seus esforços e sustarem a marcha assustadora da anarquia."[5]

Por sua vez o bispo de Aterrado, D. Manoel Nunes Coelho, em carta pastoral entitulada *São Rafael e o Brasil*, de 14 de novembro de 1931, escreve:

"Ameaçados estamos de um terrível demônio... o comunismo da Rússia. Vozes gigantescas como a do eminente arcebispo do Rio

4. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1933, dezembro, p. 757.
5. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1931, agosto, p. 427.

Grande do Sul em magistrais pastorais, palpitantes de patriotismo e de fé, tem-se levantado para opor obstáculo à onda vermelha que ameaça desencadear-se sobre o país." [6]

O combate ao comunismo aparece também como uma das tônicas do Congresso Eucarístico celebrado em Belo Horizonte em 1936. Por ocasião da Páscoa dos Militares, celebrada a 6 de setembro, o padre major Arruda Câmara, vice-presidente da Câmara Federal afirma em seu discurso:

"O mundo atual oscila entre duas bandeiras: a branca do Vaticano e a vermelha de Moscou. Estamos diante do dilema: a Cruz ou o martelo.

Mas nós, soldados do Brasil, queremos o Cristo, queremos a sua santa religião e renegamos os comunismos e os Barrabases que tentam mergulhar o mundo cristão nesta onda vermelha de sangue que hoje invade a infeliz Espanha".

Eis as palavras do cardeal Leme, em discurso nesse mesmo dia:

"Irmãos na fé e na bandeira — selemos com ardor a decisão final deste Congresso! A hora que vivemos não comporta atitudes encapotadas. Entre a bandeira vermelha que está organizando por toda a parte o exército dos sem-Deus, contra Deus, contra a família e contra a pátria, contra as reservas morais da humanidade; entre a bandeira vermelha que enrubece de sangue a terra e está conspurcando o solo com a hediondez dos seus crimes inomináveis, entre o novo Barrabás que destrói e mata, e o nosso Cristo que perdoa e salva, o Brasil tem que escolher". [7]

Superado o positivismo laicista, a grande batalha do episcopado era agora contra o comunismo ateu.

1.3. Fortalecimento do princípio de autoridade

Tanto as idéias liberais como as idéias socialistas eram consideradas pelo episcopado daquele tempo como forças desagregadoras da sociedade. Segundo ele, tanto o liberalismo como o comunismo representavam um caminho para a anarquia e o caos social. A salvação, portanto, era fortalecer a autoridade constituída.

Por conseguinte, os bispos procuram colocar em evidência o papel da Igreja como sustentáculo da ordem social e defensora do princípio de autoridade.

---

6. Coelho, Manuel Nunes, dom, *São Rafael e o Brasil*, carta pastoral, novembro de 1931.
7. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1936, novembro, pp. 631-635.

Na carta pastoral *Deus e a Pátria*, escrita logo após a Revolução de 1930, o arcebispo de Cuiabá D. Francisco de Aquino Correia declara:

"Três males capitais definem, a nosso ver, a situação atual do Brasil: o enfraquecimento do princípio de autoridade, a carência de lei constitucional e a infiltração comunista".

Mais adiante, acrescenta:

"Acha-se a nação sob o regime de uma revolução triunfante. E que outra coisa é a revolução senão uma ofensiva armada contra a autoridade? E que é uma revolução vitoriosa, senão a que venceu e depôs a autoridade, abalando assim este princípio básico de todo o edifício político"?

Prossegue depois, com esta consideração:

"O que mais precisamos hoje no Brasil é corroborar o princípio de autoridade, suprir a falta de lei e opor um dique à onda vermelha e invadente do bolchevismo. Ora, todos esses males são favorecidos pela decadência da religião, e contrariados pela sua prosperidade".

Em seguida, enfatiza o papel da religião como sustentáculo da autoridade pública com estas expressivas palavras:

"Perder de vista este caráter sacro e religioso da autoridade pública é o grande mal dos países agnósticos, em que se substitui uma falsa soberania popular, que mal se sabe donde provenha, e menos ainda que consista, porque o que aí se observa de real são suas atitudes extremas, irracionais e igualmente indignas desse soberano, que se diz ser o povo, o qual ora se vê humilhado nos servilismos da chamada disciplina partidária, e ora exaltado nas explosões do motim e da revolta.

É natural que esta errônea consciência de tal soberania, independente do próprio Deus, diminua e deturpe no povo o devido culto para com os poderes públicos. Nada, ao contrário, eleva, enobrece e prestigia tanto a autoridade, como essa verdadeira e divina ascendência, pela qual os seus representantes se nos acreditam, de alguma forma, como embaixadores da majestade de Deus, protegidos pela sua onipotência e inspirados pela sua divina sabedoria". [8]

Significativa também a esse respeito a conferência feita pelo cônego Rubem Mesquita através da Rádio Sociedade a respeito do 1.º Congresso Eucarístico Nacional da Bahia. Eis alguns tópicos:

8. Correia, Francisco de Aquino, dom, *Cartas pastorais, 1922-1934*, pp. 183, 189, 195-6.

"O 1.º Congresso Eucarístico Nacional vai irmanar todos os brasileiros. O 1.º Congresso Eucarístico Nacional vai congregar todos os filhos desta grande pátria, num magnífico certame, numa altíssima, expressiva e significativa demonstração de fé e patriotismo. De fé e brasilidade. Eucarístico e Nacional".

E em seguida acrescenta:

"De patriotismo. É na fé sobrenatural e divina que o homem haure a força para cumprir os seus deveres de cidadão. O católico é forçosamente um patriota fervoroso. E quão necessária a fé para os brasileiros de hoje! ... Quão árduos os deveres da hora presente: a resistência inquebrantável às doutrinas que põem em perigo a estabilidade nacional; o acatamento aos detentores do poder, a abnegação, o sacrifício imposto pela depressão econômica, a colaboração efetiva para a reconstrução moral, antes de tudo, e financeira do país... E 'o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever'. Do Congresso sairemos mais brasileiros".[9]

Também o cardeal Leme, ao encerrar o 2.º Congresso Eucarístico Nacional na cidade de Belo Horizonte, em 1936, exaltava a colaboração já existente entre Igreja e poder constituído, nos seguintes termos:

"Injustiça seria se, fora e acima das competições partidárias, eu aqui não frisasse também a colaboração eficaz e leal do Governo do Estado.

Aplausos ao Governo Federal, ao Senado e à Câmara da República, todos aqui representados por brilhantes comissões.

Talvez em hora alguma de sua vida, nem os Governantes do Estado, nem os seus legisladores, nem o Governo da República, o Senado e a Câmara, tenham apresentado, como neste momento, os legítimos interesses do povo brasileiro...

Aplausos e elogios aos do Governo são ditados, menos pelo amor que tenho à minha Igreja, que pelo amor que dedico à sociedade em que vivo e à Pátria que estremeço".[10]

A jerarquia eclesiástica, portanto, não se contentava apenas em exaltar o princípio de autoridade, mas se declarava abertamente ao lado dos governantes da nação, para juntos, em nome da fé e da pátira, debelarem aqueles que pretendiam, através de reformas sociais, instaurar uma nova ordem no país.

---

9. *Primeiro Congresso Eucaristico Nacional Brasileiro*, Bahia, 1936, p. 57.
10. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1936, novembro, p. 625.

1.4. Reafirmação da Igreja na sociedade brasileira

O fortalecimento da autoridade política no país era considerado pelos prelados como um elemento básico para que a Igreja Católica pudesse de novo afirmar sua presença na sociedade brasileira.

Na realidade, a presença da jerarquia eclesiástica nunca fora muito expressiva nem no período colonial nem na época imperial. Os bispos, porém, desconheciam esse fato, e julgavam que o decreto de separação entre Igreja e Estado fosse a causa principal da perda do prestígio na primeira república. A recuperação dessa influência constituía uma das metas principais do movimento de Restauração Católica.

Em data de 6 de agosto de 1931, ao anunciar o 1.º Congresso Eucarístico Nacional na Bahia, o arcebispo primaz D. Augusto A. da Silva assim se expressava:

"Depois das grandes comoções sociais que sacudiram com violência a Pátria muito amada, e ainda por entre as incertezas e esperanças do momento difícil que atravessamos, será para nós alvissareira nova, como é para nós gratíssimo dever, a comunicação de que em breve se realizará o nosso primeiro congresso eucarístico nacional.

É o país todo, é a nação em peso que se vai prostrar aos pés de Jesus para aclamá-lo Rei, não só de cada um dos corações dos seus filhos, mas ainda do coração da Pátria, do seu povo, de seus homens públicos, de suas instituições civis, de seus governos, de sua Constituição, de suas leis, do presente e o futuro da Nação". [11]

É sob esse mesmo enfoque que o prefeito de Belo Horizonte saúda o cardeal Leme, legado pontifício ao 2.º Congresso Eucarístico Nacional, afirmando:

"A Pátria Brasileira — nascida sob o signo da fé — conformou seus destinos sociais e históricos ao espírito das tradições religiosas, que são o esmalte de sua formação política e moral.

Devemos à religião cristã, como é do testemunho de todos os pensadores, a unidade nacional, que retifica a divergência dos fatores geográficos. A nossa glória é, portanto, a fé."

Em sua resposta, o cardeal Leme concluía, por sua vez:

"Neste momento de agitação para o mundo e para o Brasil, são ainda as lições tão sábias da Santa Igreja Católica, cimentadas

11. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1932, fevereiro, pp. 92-94.

junto à rocha de São Pedro, que poderão encaminhar sem receio os destinos da civilização e destinos de nossa nacionalidade."[12]

Por sua vez, ao anunciar a celebração do 3.º Congresso Eucarístico Nacional no Recife, D. Miguel de Lima Valverde escrevia a 11 de abril de 1938:

"Uma aspiração seja a de todos nós: que os filhos da Terra de Santa Cruz reconheçam e proclamem como o seu Rei — o Rei dos séculos imortal e invisível, a quem é devida toda a honra e glória.

É um congresso nacional: todos os brasileiros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, devem ser nele representados, cabendo a nós de Pernambuco a grande honra de promovê-lo e organizá-lo".[13]

Em síntese, os bispos sonhavam com o fortalecimento do poder político e eclesiástico na nação. A harmonia entre os dois poderes, sempre mais fortalecidos, permitiria, segundo eles, a formação de uma sociedade declaradamente católica, vencendo tanto as novas idéias socialistas que começavam a emergir no cenário nacional, como relegando definitivamente ao passado o cunho laicista que os liberais e positivistas haviam conseguido imprimir à primeira república.

2. Os principais eventos

Não se contentou a jerarquia católica apenas com diretrizes e orientações a respeito das metas destinadas ao fortalecimento da Restauração Católica no Brasil. Às palavras seguiram-se os fatos. Foram assim realizados diversos eventos destinados a tornar mais explícita a atuação da Igreja na sociedade brasileira.

Nessa linha prática, a superação do espírito laicista foi orientada pela jerarquia eclesiástica no sentido de assinalar de forma visível, a presença de Deus e de Cristo nas estruturas e na vida brasileira.

O combate às idéias socialistas foi conduzido através do incentivo ao patriotismo católico.

Procurou-se promover o fortalecimento da autoridade mediante maior colaboração da Igreja com os poderes constituídos, tanto na área política como militar.

Os Congressos Eucarísticos, por sua vez, constituem nessa década a forma mais expressiva utilizada pela Igreja para reafirmar de modo visível sua presença na sociedade brasileira.

---

12. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1936, outubro, pp. 568-9.
13. *Revista do Clero*, 1938, junho, p. 218.

2.1. Presença de Cristo nas instituições brasileiras

O episcopado brasileiro nunca conseguira conformar-se com o caráter leigo que os governos da primeira república haviam procurado imprimir à sociedade. Por isso, a grande reação da Igreja Católica se fazia no sentido de restaurar na vida do país a marca sacral, típica do período colonial e imperial.

Nesse sentido afirmava D. João Becker na carta pastoral de 25 de janeiro de 1931:

"Como no coração do país, no cimo do Corcovado, a imagem alterosa de Cristo, assim no centro da nova República, que é a constituição, deverão erguer-se as táboas da lei de Deus. Justifica-se, portanto, o título que pusemos ao presente trabalho".[14]

Essa carta pastoral, de fato, vinha assinalada com o título: *Cristo e a República.*

Uma das ênfases da jerarquia, portanto, era no sentido de tornar visível a presença de Cristo nas instituições brasileiras.

Em setembro de 1930 a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* noticiava os fatos seguintes: no quartel general do 4.º Regimento de Artilharia Montada de Itu fora introduzida a imagem do Coração de Jesus, oferecida pelo Coronel Comandante e sua esposa; e em Florianópolis, no Tribunal do Juri, era colocada com grande solenidade a imagem do Crucificado, sendo o ato presidido pelo arcebispo D. Joaquim de Oliveira.

A 2 de julho de 1931 realizava-se a entronização do Sagrado Coração no quartel do regimento da polícia militar em Vitória. Em discurso pronunciado durante a solenidade, o sargento Osmar Andrade afirmava:

"Pela presença constante... de Jesus, nosso redentor, cada soldado se tornará por si mesmo, sem coação, um elemento capaz de dignificar a farda desse regimento, um digno mantenedor da ordem, um correto representante da autoridade constituída".[15]

A 12 de outubro desse mesmo ano inaugurava-se no alto do Corcovado o monumento a Cristo Redentor.

Em agosto de 1932 a mesma revista do Coração de Jesus anunciava a inauguração do quadro da Ceia do Senhor no refeitório dos praças do Corpo de Bombeiro no Rio de Janeiro.

---

14. Becker, João, dom, *Cristo e a República, 20.ª carta pastoral,* Porto Alegre, 1931, p. 6.
15. *Mensageiro do Coração de Jesus,* 1931, outubro, p. 625.

Sucessivamente no correr da década foram se multiplicando esses fatos que procuravam tornar visível a aceitação da fé cristã na sociedade brasileira. Assim, a 11 de dezembro de 1940 realizava-se na igreja de Santo Inácio a bênção das espadas dos novos aspirantes do exército.

De certo modo, portanto, o país começava a tomar exteriormente uma feição católica.

2.2. A PROCLAMAÇÃO DO PATRIOTISMO CRISTÃO

Se contra o laicismo da primeira República a Igreja utilizava como principal instrumento de combate a afirmação visível da fé católica nas instituições brasileiras, contra um possível avanço das idéias socialistas a jerarquia católica procurava mobilizar o sentimento patriótico do povo. Desse modo os socialistas e comunistas, que apregoavam a mudança da ordem social, eram apresentados como inimigos da Pátria, e representantes de Moscou, uma potência estrangeira. Opondo-se a eles, os católicos deviam unir-se ao redor da Pátria brasileira.

Esta idéia, aliás, já fora expressa por diversos prelados desde o início da Restauração Católica.

Já em 1922 D. Aquino Correia escrevera uma carta sobre o Patriotismo Cristão, pronunciando-se sobre o tema do seguinte modo:

"Tal é o patriotismo cristão, que não separa o amor à Pátria do amor a Deus, e cultivando embora a fraternidade universal, que nos leva a prezar todas as nações, ama com predileção aquela em que o Senhor nos fez nascer, e que tem direito ao tributo filial de nossa atividade; patriotismo, donde se origina o civismo, que nos torna cidadãos cônscios dos nossos deveres para com o Estado; patriotismo que faz com que cada cidadão se considere, como de fato é, uma parcela do patrimônio nacional que cumpre valorizar física, intelectual e moralmente; patriotismo que nos ensina a respeitar as autoridades do país, como representantes de Deus, e a observar as suas leis como emanação da própria soberania divina; patriotismo enfim, que nos obriga a trabalhar e orar pela pátria".[16]

A união entre fé e pátria será a tônica dos hinos oficiais cantados nos Congressos Eucarísticos nessa década.

Eis o hino do Congresso Eucarístico da Bahia, com texto de D. Aquino Correia:

---

16. Correia, Francisco de Aquino, dom, *Cartas pastorais, 1922-1934*, p. 37.

"Sobre os mares azuis da Bahia
Foi que outrora, raiou, toda em luz
A Hóstia Santa, qual sol que alumia
O almo berço da Terra da Cruz

O Jesus, Ó Divino Cordeiro
Hóstia e Sol! Sol de vida e de amor
Ilumina o Brasil todo inteiro
Do oceano aos sertões sempre em flor!

No hino do Congresso Eucarístico de Minas Gerais, celebrado em 1936, também se proclama a realeza de Cristo no mundo e no Brasil, e se procura incentivar os sentimentos de fé e pátria. No estribilho se canta:

"Tu que és rei, tu que aos povos dominas,
Faze aqui teu trono, ó Jesus."

Mas é no hino do Congresso Eucarístico de Pernambuco, em 1939, onde mais explicitamente se afirma a união entre sentimento patriótico e crença católica. A primeira estrofe e o estribilho, nas palavras de D. Aquino Correa, são as seguintes:

"Aos clarins do Congresso Sagrado
Pernambuco se ergueu varonil
E o Recife se fez lado a lado
Catedral onde reza o Brasil

Eia sus! Oh leão do norte
Ruge ao mar o teu grito de fé
Creio em ti Hóstia Santa até a morte
Quem não crê brasileiro não é!"

Em resumo, ser brasileiro significava ser cristão, e quem não professasse a fé católica poderia ser considerado inimigo da pátria.

É exatamente nesse sentido que D. João Becker exalta o amor a pátria em sua carta pastoral de 1.º de agosto de 1937, entitulada *Imperativos da atualidade*. Eis suas afirmações:

"O Brasil não quer, não pode assemelhar-se à Rússia soviética, onde campeia a miséria e triunfa a tirania. Nem a nossa consciência nacional permitirá que a Terra da Santa Cruz se torne um caos, um montão de ruínas como a Espanha. O Brasil quer conservar, à custa de todos os sacrifícios, a sua independência e soberania. O Estado Brasileiro não se curvará diante do despotismo russo, porque dentro de suas fronteiras se fará sempre respeitar e protegerá a nação, seus valores morais e sua grandeza contra quaisquer ataques que os inimigos bolchevistas lhe pretendam desferir."

E acrescenta estas significativas palavras:

"O hino da pátria há de ecoar sempre com entusiasmo pelo Brasil, e a bandeira nacional, símbolo das nossas glórias e esperanças, será sempre protegida por Deus e jamais será ultrajada por nação estrangeira alguma." [17]

Em suma, o episcopado brasileiro considera como sua missão nesse período incentivar o patriotismo, como meio de defender a estabilidade política contra as tentativas de mudança da ordem social. Sua posição se define, portanto, ao lado do poder constituído.

2.3. Colaboração com os poderes constituídos

Uma das preocupações básicas da Igreja Católica nesse período é multiplicar as formas concretas de colaboração com o poder estabelecido, de modo a manifestar de modo explícito seu apoio às autoridades do país. Essa colaboração se estende não apenas ao governo civil, mas também à força militar.

Por sua vez também os detentores do poder percebem em geral as vantagens do apoio expresso da Igreja, e procura prestigiar também a sua presença na sociedade brasileira.

Eis um exemplo significativo: por ocasião da morte do cardeal Joaquim Arcoverde Cavalcanti, a 18 de abril de 1930, o presidente da República Washington Luís decretava que nos funerais do cardeal fossem prestadas honras correspondentes ao cargo de Vice-Presidente da República.

A 24 de abril os arcebispos e bispos presentes no Rio às exéquias do cardeal foram ao palácio do Catete agradecer as homenagens prestadas pelo governo. Na resposta o presidente da República declarava que "o governo da República tinha cumprido o seu dever... Herdeiro eventual do Soberano Pontífice, ao Cardeal brasileiro cabiam de pleno direito as honras que o governo havia decretado". [18]

Outro episódio significativo deu-se em 1931, já no governo de Getúlio Vargas. A 24 de dezembro Manuel Rabelo, interventor federal de São Paulo, publicou um decreto proibindo o ensino religioso nas escolas públicas. Nessa ocasião o arcebispo de São Paulo D. Duarte Leopoldo e Silva enviava o seguinte telegrama ao presidente da República:

---

17. Becker, João, dom, *Imperativos de atualidade, 27.ª carta pastoral*, Porto Alegre, 1937, p. 96.
18. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1930, maio, p. 382.

"Episcopado paulista protesta perante digníssimo chefe da Nação contra ato inesperado interventor federal proibindo ensino religioso nas escolas públicas. Revogando implicitamente decreto federal que facilita ensino religioso, interventor desconhece princípio fundamental hierarquia política estabelecendo confusão nos espíritos, criando situações de graves apreensões quando precisamos de paz e tranqüilidade para consolidação política do nosso país." [19]

Um aspecto merece ser destacado nesse telegrama: o argumento principal que os bispos usam em prol do ensino religioso é que o ato do interventor federal debilita o poder do governo da Nação, dificultando portanto a consolidação política do país.

Na década de 30 começa também a educação religiosa nos quartéis, sendo até elaborado um catecismo para o soldado.

Em artigo publicado em julho de 1932 a propósito desse catecismo, o coronel Benjamin Fonseca afirmava:

"A propósito da instrução cristã do soldado, tenho-me batido pela assistência e ensinamento religioso facultativo, nos quartéis e navios de guerra nacionais, tão conveniente à manutenção da própria disciplina da tropa. Não há que negar que a Igreja é por excelência escola de obediência espontânea." [20]

Deve ser também recordada a colaboração das religosas nos Hospitais do exército a partir dessa década. A 7 de abril de 1940, por exemplo, o general Eurico Dutra autorizava a admissão de mais seis irmãs de caridade no Hospital Central do Exército.

Dessa forma se criava uma colaboração entre os poderes civil, militar e religioso para a manutenção da ordem social no país.

2.4. Os Congressos Eucarísticos Nacionais

Os Congressos Eucarísticos Nacionais, iniciados na década de 30, constituíram efetivamente uma das manifestações públicas mais importantes utilizadas pela Igreja Católica para reafirmar sua presença na sociedade brasileira.

Mediante essas solenidades religiosas, para as quais havia uma mobilização muito grande de população, visava à hierarquia católica evidenciar não só a fé do povo brasileiro, mas também mostrar o potencial de força política subjacente nessa numerosa plêiade de crentes. Era enfim, um modo de dizer ao governo do país que deveria pautar sua atuação pelas orientações básicas da fé católica, expressas através do episcopado brasileiro.

---

19. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1932, fevereiro, p. 113.
20. *Mensageiro do Coração de Jesus*, 1932, fevereiro, p. 113.

Em artigo entitulado *Corações à Bahia,* Tristão de Ataíde assim se expressava em agosto de 1933:

"O Congresso Eucarístico da Bahia é atualmente o ponto de convergência de todo o catolicismo brasileiro.

Estamos num momento cruciante de nossa vida nacional, e a base de onde há de partir a nossa salvação é a Eucaristia.

Sem ela, será vão todo o esforço empreendido para reconstruir a nação esfacelada pelas divisões políticas e sociais.

Com ela tudo será fácil, a despeito de todas as dificuldades.

A formação espiritual é, pois, não apenas o primeiro degrau da escada que devemos subir, mas o seu próprio fundamento". [21]

Num discurso feito durante a celebração do 1.° Congresso Eucarístico da Bahia o arcebispo de Belo Horizonte D. Cabral assim se exprimia:

"Os resultados sinceramente colimados por um Congresso Eucarístico Nacional devem ser os que, correspondendo aos mais agudos reclamos das almas, assegurem, formem os direitos de Jesus Cristo em todas as manifestações da vida moral e social do país. Se não me falha a observação pessoal e as lições dos fatos, três são essencialmente os palpitantes anseios da alma do Brasil católico: doutrinação ampla, sistematizada e apostólica — ação social católica intensa, disciplinada —, união de objetivos e de comando".

E mais adiante acrescentava:

"Nosso tema sagrado de ação está traçado pela suprema autoridade da Igreja.

É a recristianização do país. Só podemos atingi-la, lutando inflamados pelo mesmo ideal, encorajados pela Eucaristia, chamada o Sacramento da Vitória.

Repor Jesus Cristo na família e na sociedade. Melhorar as instituições públicas e as escolas para a mocidade. Restabelecer o princípio de autoridade humana, como representante da autoridade de Deus. Colocar a nação ao abrigo das sedições pela união da autoridade pública e da liberdade sob uma legislação cristã". [22]

De fato, a celebração de três congressos eucarísticos nacionais durante essa década: Bahia, em 1933; Belo Horizonte, em 1936; e Recife, em 1939, constituíram marcos importantes de uma presença mais atuante da Igreja Católica na sociedade brasileira.

---

21. *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro,* Bahia, 1936, p. 85.
22. *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro,* Bahia, 1936, pp. 123-131.

Foi nessa época que a Igreja Católica pode demonstrar o forte ascendente que estava exercendo sobre a classe média e a burguesia em ascensão.

Conclusão

Ao término deste estudo, alguns aspectos merecem relevo especial:

1. A idéia básica do episcopado nesse período era a necessidade de afirmar e fortalecer a presença da Igreja na sociedade brasileira. Não obstante o catolicismo ter sido a religião oficial do país tanto na época da colônia como na do Império, a jerarquia eclesiástica nunca fora muito atuante dentro da vida nacional. Em certo sentido, pois, era a primeira vez que os prelados brasileiros passavam a assumir um papel significativo na história da nação.

2. Na realidade, essa presença da Igreja foi conseguida especialmente por via autoritária, através de decretos, leis e acordos explícitos ou tácitos. Como a consciência que a Igreja tinha de si mesmo nesse período era fundamentalmente jerárquica, era normal que ela buscasse de preferência recursos autoritários como forma de assinalar sua atuação dentro da vida do país. Os bispos esperavam do poder constituído o pleno apoio às reivindicações católicas.

3. Desejando impor-se autoritariamente, a Igreja necessitava para isso da colaboração do Estado. Dentro dessa perspectiva, quanto mais forte fosse o governo, maiores possibilidades de êxito teria a jerarquia católica em suas aspirações. Por essa razão, uma das preocupações do episcopado nessa época era auxiliar o fortalecimento do conceito de autoridade. Para uma Igreja declaradamente autoritária, nada melhor do que o apoio de um governo que se apresentasse do mesmo estilo. E esse apoio político era indispensável para que a Igreja pudesse obter as metas desejadas.

4. Nesse contexto, a harmonia entre Igreja e Estado era não apenas um ponto aceitável, mas até muito desejado. Mediante a conjugação dos dois poderes, civil e eclesiástico, mais facilmente as diretrizes cristãs poderiam ser propostas, e de certo modo até impostos à sociedade brasileira. Na mente do episcopado, o apoio dos dirigentes do país facilitaria introduzir na legislação as reivindicações católicas.

5. De fato, uma das grandes batalhas do episcopado nesse período foi orientada contra a influência que o positivismo e o agnosticismo tinham exercido na primeira república. Segundo eles, houvera mesmo uma apostasia pública da fé através da Constituição de 1891. Tratava-se, pois, de reconquistar o domínio católico na sociedade. E, ao final da década de 30, os bispos se consideravam vitoriosos nessa área.

6. Não obstante, um novo inimigo surgia no horizonte: as idéias socialistas e comunistas que começavam a se infiltrar no país. Segundo os bispos, o comunismo era um inimigo ainda mais perigoso, pois fundamentava sua doutrina na própria profissão do ateísmo, desejando, além disso, subverter a própria ordem social. Por essa razão os bispos buscavam cerrar fileiras ao redor da autoridade constituída, na luta contra todos os que buscavam alterar o *status quo*.

7. Em última análise, sob uma forma nova, a jerarquia católica voltava a pregar um dos princípios antigos no Brasil, segundo o qual uma das finalidades precípuas da religião era a manutenção de ordem. Está fora, aliás, a posição típica da Igreja jerárquica na época colonial e na época imperial. Desejosos de recobrar o prestígio passado, de novo os bispos passavam a proclamar o papel da fé como sustentáculo do poder estabelecido.

Thomás Bruneau caracteriza de modo bastante expressivo esse período afirmando:

"Uma das razões pelas quais a Igreja foi excluída da vida pública, em 1889, foi a sua falta de impacto organizacional nas novas elites. Era um corpo fraco e desorganizado a que não apenas faltava uma mensagem convincente, como também não conseguia fazer valer a sua importância política (se é que tinha alguma). Por volta de 1930, depois de quarenta anos de separação e de importação de recursos estrangeiros, a Igreja se tinha transformado num corpo grande e organizado, com o cardeal Leme à testa".

E mais adiante acrescenta:

"Concluindo, a revolução de 1930 forneceu à Igreja, sob a liderança do hábil e astuto cardeal Leme, a oportunidade de voltar ao domínio público: de reconquistar as estruturas do Estado a fim de criar e de exercer influência. O presidente Vargas sabia o que estava fazendo ao trazer a Igreja para o domínio público. Ele tinha em vista o apoio que ela poderia lhe oferecer, e que de fato lhe deu; por essa época a Igreja tinha construído a sua instituição e podia servir como boa aliada da ação governamental. A Igreja e o Estado deram-se muito bem, mesmo durante a era de Vargas, e a situação não mudou com o golpe de 1945. Os autores da Constituição de 1946 não tinham motivo nenhum para alterar o acordo entre a Igreja e o Estado que se desenvolvera durante os dezesseis anos anteriores, e a relação foi simplesmente ratificada". [23]

Aliás, essa situação prolongou-se até o início dos anos 60. Foi somente quando os militares tomaram o poder em 1964 que Igreja e Estado passaram a seguir caminhos divergentes.

---

23. Bruneau, Thomas, *O catolicismo brasileiro em época de transição*, São Paulo, Edições Loyola, 1974, pp. 81, 84-85.